



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2025

8
M.F.
Ferreira



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
2. IDENTIFICAÇÃO E MISSÃO DA FUNDAÇÃO AEP	6
2.1 Dados de Identificação	6
2.2 Missão.....	6
2.3 Eixos Estratégicos de Intervenção	7
2.4 Projetos em Curso (Portefólio 2025).....	7
3. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	8
3.1 Conselho de Curadores.....	8
3.2 Conselho de Administração.....	8
3.3 Conselho Fiscal.....	8
4. ATIVIDADE INSTITUCIONAL 2025	10
4.1 Portugal pelo Mundo – Rede Global da Diáspora.....	10
4.1.1 Missão ao Brasil – Fórum Empresarial Brasil-Portugal (fevereiro 2025).....	10
4.1.2 Missão a Macau (2º semestre de 2025).....	11
4.1.3 Articulação com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas	11
4.1.4 Candidatura RGD 3.0 ao COMPETE2030	11
4.1.5 Serviços a Comunidades Intermunicipais	11
4.2 Inovação e Partilha de Conhecimento	12
4.2.1 Fórum Produtividade e Inovação	12
4.2.2 Conversas na Fundação / Conversas com o Presidente.....	12
4.2.3 Protocolo com o ISFEP – Formação Executiva.....	12
4.3 Empreendedorismo – Projeto ACTIVE	13
4.4 Sustentabilidade e Responsabilidade Social – Projeto PME First.....	13
4.5 Coesão Territorial – Portugal por Inteiro.....	14
4.6 Transformação Digital – Projeto Digi4Future	15
4.7 AEP Golf Business Cup.....	15
5. PARCERIAS E PROTOCOLOS.....	16
5.1 Parcerias Formalizadas em 2025	16
5.2 Parcerias Institucionais Consolidadas	17
6. GESTÃO PATRIMONIAL E ESPAÇOS	18
6.1 Imóvel da Fundação.....	18
6.2 Aluguer de Salas e Serviços.....	18
6.3 Concessão do Restaurante	18

heleno

[Handwritten signature]

6.4 Participação na Nexponor / Exponor	18
7. RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	19
7.1 Resultados de 2024 (Aprovados em maio 2025)	19
7.2 Análise dos Resultados de 2025	19
7.3 Proposta de Aplicação de Resultados	20
7.4 Agradecimentos	20
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	27
1.1 Designação da Entidade:	27
1.2 Sede:.....	27
1.3 NIPC:	27
1.4 Natureza da atividade:.....	27
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	28
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	28
3.1 Bases de apresentação	28
3.2 Ativos fixos tangíveis	28
3.3 Ativos Intangíveis.....	29
3.4 Investimentos financeiros	30
3.5 Instrumentos Financeiros:.....	32
3.6 Rédito	33
3.7 Subsídios.....	34
3.8 Outras políticas contabilísticas relevantes:	34
3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas	35
3.10 Acontecimentos subsequentes	37
4. FLUXOS DE CAIXA.....	37
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	37
6. PARTES RELACIONADAS	38
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	40
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	42
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	43
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	45
10.1 Categorias de instrumentos financeiros.....	45
10.2 Créditos a receber e outros ativos correntes	45
10.3 Fornecedores	46
10.4 Outros passivos correntes	47
11. FUNDO PATRIMONIAL	47

Handwritten signature and date:
S. P.
Fevereiro



12.	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	49
13.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	50
14.	DIFERIMENTOS	50
15.	RÉDITO	50
16.	SUBSÍDIOS	51
17.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	51
18.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	52
19.	GASTOS COM PESSOAL	53
20.	OUTROS GASTOS E PERDAS	53
21.	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	54
22.	CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS	55
23.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	55



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O ano de 2025 constituiu um período de intensificação e consolidação das atividades da Fundação AEP, marcado pelo lançamento de novos projetos estruturantes, pela aprovação de candidaturas de financiamento de grande relevância e pela afirmação da instituição como parceiro estratégico de referência no apoio à comunidade empresarial portuguesa.

Num contexto marcado por desafios macroeconómicos significativos — nomeadamente a conjuntura política nacional decorrente da queda do Governo da República no início do ano e os seus efeitos sobre a gestão dos fundos europeus comunitários — a Fundação AEP soube adaptar a sua atuação, assegurando a continuidade dos seus projetos e preparando as condições para um 2026 de forte expansão da atividade.

O exercício de 2025 representou para a Fundação AEP um período de consolidação institucional, e de preparação estratégica para um ciclo de atividade mais ambicioso. As aprovações das candidaturas PME FIRST e Digi4Future, a entrada em implementação do projeto ACTIVE, o estreitamento da relação com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e a celebração de novas parcerias académicas e empresariais criaram as condições para um 2026 de forte expansão.

Merece destaque especial a afirmação da Fundação AEP como parceiro estratégico privilegiado do Estado Português no tema da diáspora, através da colaboração com a SECP e da coorganização do Encontro de Investidores da Diáspora 2026. Esta afirmação é fruto de um trabalho persistente de construção de credibilidade e rede, que coloca a Fundação num lugar único no ecossistema de entidades que trabalham a internacionalização e a diáspora portuguesa.

O mandato do Conselho de Administração 2022-2025 completou-se em dezembro, deixando uma Fundação com um portfolio de projetos cofinanciados robusto, parcerias de alto nível e um Plano de Atividades 2026 aprovado com forte determinação de impacto. Ao novo órgão cabe a responsabilidade de executar este plano com excelência e de continuar a construir uma instituição cada vez mais relevante para a economia e a sociedade portuguesas

8.
Z
Felicidade



2. IDENTIFICAÇÃO E MISSÃO DA FUNDAÇÃO AEP

2.1 Dados de Identificação

Denominação	Fundação AEP
Pessoa Coletiva	509536786
Sede	Avenida da Boavista, 2671, 4100-135 Porto
Data de Instituição	19 de novembro de 2009
Reconhecimento	Despacho nº 13077/2010, DR 2.a série, 13 agosto 2010
Estatuto de Utilidade Pública	Renovado por Despacho n.º 3824/2023, DR n.º 61, série II, 27-03-2023
Contacto	Tel. 226 158 500 fundacaoaep@fundacaoaep.pt
Website	www.fundacaoaep.pt

2.2 Missão

A Fundação AEP propõe-se desenvolver a sua ação em Portugal e no estrangeiro, tendo por fins a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial, bem como a difusão de conhecimentos na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

2.3 Eixos Estratégicos de Intervenção

A atividade da Fundação AEP organiza-se em torno de grandes áreas temáticas:

Eixo	Âmbito
Portugal no Mundo	Internacionalização, diáspora, rede de camaras de comércio e missões empresariais
Inovação e Partilha do Conhecimento	Fórum Produtividade e Inovação, formação executiva, investigação aplicada
Empreendedorismo	Apoio ao empreendedorismo de impacto social, sénior e jovem; incubação e aceleração
Sustentabilidade e Responsabilidade Social	ESG, economia circular, descarbonização, longevidade
Coesão Territorial	Portugal por Inteiro
Institucional	Atividade institucional e recursos

2.4 Projetos em Curso (Portefólio 2025)

O portefólio de projetos da Fundação AEP em 2025 inclui as seguintes iniciativas:

Projeto	Financiamento	Estado em 2025
Rede Global da Diáspora (RGD 3.0)	COMPETE2030 (candidatura)	Candidatura submetida; em análise
ACTIVE – Centros de Empreendedorismo de Impacto	NORTE2030-FSE+ / Portugal Inovação Social	Em implementação (ano 1)
PME FIRST – Inclusão Financeira e ESG	COMPETE2030 (SIAC- Qualificação)	Aprovado; contratação iniciada
Digi4Future	COMPETE2030 (consórcio)	Aprovado; início em 2026

3. ÓRGÃOS SOCIAIS

3.1 Conselho de Curadores

O Conselho de Curadores, presidido por Ana Paula Roque (desde 13 de dezembro de 2023), é o órgão de fiscalização e orientação estratégica de topo da Fundação AEP, sendo constituído por todos os fundadores e por entidades a quem foi atribuída tal qualidade, em reconhecimento de serviços relevantes prestados à Fundação.

3.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração do quadriénio 2022-2025 completou o seu mandato em dezembro de 2025.

Reuniu regularmente ao longo do exercício, tendo deliberado sobre todos os assuntos relevantes de atividade institucional, de gestão patrimonial e de preparação do ciclo futuro.

Cargo	Nome Completo
Presidente	Luís Miguel Magalhães Ribeiro
Vogal	Miguel Pedro Duarte Pinto
Vogal	Helena Sofia Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto
Vogal	Henrique Ferreira Veiga de Macedo
Vogal	Fernando Paiva de Castro

3.3 Conselho Fiscal

Cargo	Nome
Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro
Vogal	António Henrique da Silva Cruz
Vogal (ROC)	Santos Carvalho & Associados, SROC, SA (repr. por André Mendonça)



ATIVIDADES

S. M.
heleno
g.



4. ATIVIDADE INSTITUCIONAL 2025

Em 2025, a Fundação AEP desenvolveu a sua atividade de acordo com os eixos estratégicos definidos no Plano de Atividades, mantendo a coerência com a visão de longa data de ser um motor de competitividade, inovação e internacionalização para o tecido empresarial português. O contexto de transição governamental no início do ano, e o processo de renovação das candidaturas de financiamento comunitário, criaram desafios acrescidos que a instituição soube superar com determinação.

4.1 Portugal pelo Mundo – Rede Global da Diáspora

A Rede Global da Diáspora (RGD) manteve-se como o principal projeto estruturante da Fundação AEP no domínio da internacionalização, consolidando a sua posição como a principal plataforma de *networking* entre empresas portuguesas e as comunidades lusas no estrangeiro. Com mais de 10.000 portugueses registados em 132 países e mais de 30.000 empresas inscritas na base de dados, a RGD conta com protocolos de colaboração com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), a AICEP Portugal Global, o Conselho da Diáspora Portuguesa e a rede de Câmaras de Comércio e Indústria Portuguesas (mais de 60 países).

4.1.1 Missão ao Brasil – Fórum Empresarial Brasil-Portugal (fevereiro 2025)

Em fevereiro de 2025 realizou-se a Missão ao Brasil, centrada na cidade de São Paulo, onde decorreu o Fórum Empresarial Brasil-Portugal a 20 de fevereiro. Esta iniciativa insere-se na estratégia de captação de investimento junto da diáspora portuguesa, com enfoque nos setores agroalimentar, construção e serviços. O Presidente da Fundação participou na missão, que resultou na assinatura de um protocolo de cooperação com a Câmara Portuguesa de São Paulo.

4.1.2 Missão a Macau (2º semestre de 2025)

No segundo semestre realizou-se a Missão a Macau, para participação na Feira Internacional local. A missão apresentou bons resultados, e permitiu abrir novos canais de relacionamento para futuras atividades de internacionalização, designadamente com as comunidades portuguesas na região asiática. A preparação desta missão foi objeto de discussão nas reuniões de maio e setembro do Conselho de Administração.

4.1.3 Articulação com a Secretaria de Estado das Comunidades

Portuguesas

Ao longo de 2025, a Fundação AEP intensificou a articulação com a SECP, no quadro da visão governamental do Portugal Nação Global, defendida pelo Secretário de Estado, Emídio Sousa. Esta colaboração foi objeto de reuniões específicas e resultou na decisão de coorganizar um grande evento para investidores da diáspora a ter lugar em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, em abril de 2026 — o Portugal Nação Global 2026. O administrador Henrique Veiga de Macedo, pela sua relação próxima com o Secretário de Estado, desempenhou um papel facilitador central neste processo. Em setembro de 2025, a SECP confirmou a intenção de implementar um programa de colaboração estreita com a Fundação AEP.

4.1.4 Candidatura RGD 3.0 ao COMPETE2030

A Fundação AEP submeteu a candidatura ao COMPETE2030-2025-08 para o projeto Rede Global da Diáspora 3.0, com os seguintes objetivos: (i) modernização tecnológica integral da plataforma e lançamento de APP móvel nativa (iOS e Android); (ii) missões empresariais de consolidação nos EUA, Canadá e Brasil; (iii) ativação em novos mercados (Macau, Países Nórdicos, África do Sul, EUA-Costa Oeste).

4.1.5 Serviços a Comunidades Intermunicipais

As missões internacionais prestadas a Comunidades Intermunicipais da região norte, no âmbito de projetos de captação de investimento junto das comunidades portuguesas no exterior, constituíram a principal fonte de receita da Fundação no exercício de 2025, com

Handwritten signature and initials in blue ink.



impacto positivo na demonstração de resultados. A Fundação estabeleceu um quadro estruturado de colaborações com estas entidades, que se projeta para 2026.

4.2 Inovação e Partilha de Conhecimento

4.2.1 Fórum Produtividade e Inovação

O Fórum de Produtividade e Inovação, uma iniciativa conjunta da Fundação AEP e da SEDES – Sociedade de Estudos de Desenvolvimento Económico e Social, implementou em 2025 um ciclo consistente de debates e sessões de reflexão dedicadas às políticas económicas, às reformas estruturais e às condições necessárias para reforçar a produtividade e a inovação em Portugal.

4.2.2 Conversas na Fundação / Conversas com o Presidente

O ciclo 'Conversas com o Presidente' relançado em 2025., tendo sido realizadas as seguintes ações:

Convidado	Contexto / Cargo
António José Seguro	Candidato a Presidente da República
Almirante Gouveia e Melo	Candidato a Presidente da República
Luís Marques Mendes	Candidato a Presidente da República

Em outubro de 2025, o Conselho de Administração definiu que não seriam formalizados convites a candidatos que não defendam a iniciativa privada e a economia de mercado, alinhando a seleção de convidados com os valores institucionais da Fundação.

4.2.3 Protocolo com o ISFEP – Formação Executiva

Em 31 de outubro de 2025, a Fundação AEP celebrou um protocolo de colaboração com o ISFEP – Instituto de Investigação e Serviços da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. O protocolo cobre a organização conjunta de programas de formação executiva (cursos, seminários, workshops, conferências) em áreas de interesse comum, a partilha de recursos técnicos, científicos, logísticos e humanos, e a avaliação de impacto das iniciativas. Foi



igualmente perspectivada a realização de formação executiva deslocalizada em São Paulo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas.

Handwritten signature and initials in blue ink.

4.3 Empreendedorismo – Projeto ACTIVE

O projeto ACTIVE – Centros de Empreendedorismo de Impacto no Alto Tâmega e Barroso, cofinanciado pelo NORTE2030-FSE+ e pela Iniciativa Portugal Inovação Social (com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Barroso como Investidor Social), constitui o maior investimento da Fundação AEP na área do empreendedorismo de impacto social. Com uma duração total de 36 meses (outubro 2024 – outubro 2027), o projeto prevê a criação de uma rede de 6 Centros de Empreendedorismo de Impacto nos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Os principais desenvolvimentos registados em 2025 foram:

1. Comunicação da aprovação da candidatura ao Conselho de Administração na reunião de janeiro de 2025, com apresentação dos recursos necessários para boa execução;
2. Seleção e recrutamento da equipa técnica do projeto, incluindo um Gestor de Comunidade por cada um dos seis centros, concluída até setembro de 2025;
3. A apresentação pública do projeto, originalmente prevista para setembro, foi adiada a pedido da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso para novembro de 2025, após a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos resultantes das eleições de 12 de outubro;
4. Autorização pelo Conselho de Administração, na reunião de novembro, para início do processo de contratação pública no âmbito do projeto;
5. Início da articulação com a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que assumiu o modelo de parceria científica para validação metodológica, e preparação das metodologias de avaliação de impacto.

4.4 Sustentabilidade e Responsabilidade Social – Projeto PME

First

O projeto PME FIRST – Inclusão Financeira através de Práticas ESG obteve aprovação da candidatura ao COMPETE2030 no âmbito do SIAC – Qualificação, comunicada nas reuniões

S.
Z.
M.
F. M. Ramos



de outubro e novembro de 2025. A candidatura foi reconhecida pelo seu carácter inovador e estratégico para a competitividade das PME portuguesas.

O PME FIRST é o primeiro projeto especificamente dedicado a capacitar as Pequenas e Muito Pequenas Empresas portuguesas para a adoção de práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) como fator de acesso ao financiamento bancário e de melhoria da competitividade, com foco nas regiões Norte e Centro de Portugal.

Os principais desenvolvimentos de 2025 foram:

1. Aprovação da candidatura ao COMPETE2030 comunicada ao Conselho de Administração em outubro de 2025;
2. Início do processo de contratação pública autorizado pelo Conselho de Administração na reunião de outubro;
3. Definição da parceria com o CESAE-Digital como Digital Partner, para suporte ao valor de autofinanciamento de 15% do projeto;
4. Preparação do seminário de lançamento do projeto, previsto para janeiro de 2026;
5. Início dos trabalhos de conceção da metodologia de avaliação de maturidade ESG (FIRST Platform).

Paralelamente, a Fundação manteve o Ciclo 'O Desafio da Sustentabilidade', desenvolvendo conteúdos sobre sustentabilidade empresarial em parceria com o CESAE-Digital para os canais de comunicação da Fundação.

4.5 Coesão Territorial – Portugal por Inteiro

O projeto Portugal por Inteiro, iniciativa do Think Tank da Fundação AEP sobre os desafios estruturais do território português, registou em 2025 progressos significativos:

Resultado	Descrição
Livro das Conferências	Publicação dos trabalhos das conferências de 2025, em fase de edição final no final do ano. Apresentação pública a coordenar com o Prof. Luís Ramos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Resultado	Descrição
Conferências realizadas	Incluindo conferência sobre 'A coopetição como fator-chave para a coesão territorial na atração e fixação de investimento', realizada no âmbito do Think Tank
Preparação 2026	Definição dos temas e localizações para as quatro sessões trimestrais de 2026 (Algarve, Alentejo, Centro, Norte)
Livro das Conversas na Fundação	Preparação da publicação que condensa as conferências e textos produzidos

O Presidente da Fundação reiterou, na reunião de novembro de 2025, a vontade de alimentar o projeto Portugal por Inteiro com novos recursos e ambição, reafirmando a sua centralidade na missão da instituição.

4.6 Transformação Digital – Projeto Digi4Future

A Fundação AEP integrou em 2025 o consórcio Digi4Future, constituído pela Tecminho, IET, ACIBTM e FAEP, para a promoção da digitalização das PME portuguesas dos setores do Calçado, Mobiliário e Turismo. Este projeto, financiado pelo COMPETE2030, mereceu aprovação que foi comunicada ao Conselho de Administração em outubro de 2025, com início de atividade previsto para 2026.

No âmbito deste projeto, a Fundação AEP assumiu a coresponsabilidade pela comunicação e disseminação e a coordenação do Ciclo de Capacitação para o Turismo (8 sessões online). A parceria com o CESAE-Digital, formalmente aprovada em novembro de 2025, é central para a execução deste projeto, constituindo-se esta entidade como Digital Partner da Fundação AEP.

4.7 AEP Golf Business Cup

A Fundação AEP, em conjunto com a AEP - Associação Empresarial de Portugal tem vindo a dinamizar um conjunto de atividades que procuram incentivar a interação entre a comunidade empresarial nacional, quer através de iniciativas resultantes de temáticas dirigidas às empresas, quer de ações organizadas fora do contexto tradicionalmente associadas aos negócios.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



5. PARCERIAS E PROTOCOLOS

A Fundação AEP mantém uma rede alargada de parcerias institucionais, conforme visível no seu site oficial. Em 2025, para além das parcerias históricas, foram estabelecidas ou formalizadas as seguintes relações de colaboração:

5.1 Parcerias Formalizadas em 2025

Entidade	Âmbito	Data/Estado
Câmara Portuguesa de São Paulo	Cooperação empresarial e internacionalização, no âmbito da Missão ao Brasil	Fevereiro 2025
ISFEP – Inst. Investigação e Serviços da FEP / Univ. Porto	Formação executiva conjunta, partilha de recursos, avaliação de impacto	31 outubro 2025
CESAE-Digital	Digital Partner da Fundação AEP; suporte a Digi4Future; conteúdos de sustentabilidade	Novembro 2025
Porsche Club Portugal	Parceria com propósito de ação social	Em preparação (dez. 2025)
Associação de Golfe do Norte de Portugal (AGNP)	Parceria com propósito de ação social	Em preparação (dez. 2025)
Harvard Club de Portugal	Realização de ações nas instalações da Fundação	Em negociação (dez. 2025)

Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.2 Parcerias Institucionais Consolidadas

A Fundação AEP mantém parcerias de longa data com um conjunto de entidades de referência, listadas no seu site oficial (www.fundacaoaep.pt/pt/parcerias):

Parceiro	Âmbito Principal
Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas	Diáspora, internacionalização, evento Portugal Nação Global 2026
Fundação de Serralves	Jornadas Empresariais, eventos culturais e empresariais conjuntos
IAPMEI	Empreendedorismo, inovação e qualificação empresarial
IEFP	Emprego, formação e empreendedorismo
Santa Casa da Misericórdia do Porto	Responsabilidade social e intervenção comunitária
ACM – Alto Comissariado para as Migrações	Inclusão, migração e diversidade
Fundação Manuel António da Mota	Empreendedorismo e inovação social
SEDES	Fórum Produtividade e Inovação; reformas estruturais



6. GESTÃO PATRIMONIAL E ESPAÇOS

6.1 Imóvel da Fundação

A Fundação AEP tem a sua sede no edifício histórico da Avenida da Boavista, 2671, no Porto, imóvel de elevado valor patrimonial e arquitetónico que é simultaneamente a 'casa' da Fundação e um espaço de receção de eventos, reuniões e atividades institucionais. Em 2025, o imóvel foi objeto de revalorização refletida nas contas do exercício de 2024, e foram efetuados investimentos de modernização das salas e dos equipamentos audiovisuais.

6.2 Aluguer de Salas e Serviços

A Fundação disponibiliza para aluguer três salas equipadas com tecnologia audiovisual de última geração, capacidade para eventos híbridos (presencial e online). O serviço inclui catering (em parceria), secretariado de eventos e apoio técnico audiovisual. Em 2025, a receita de aluguer de salas ascendeu a 14.400 euros, constituindo uma fonte de receita própria complementar relevante.

6.3 Concessão do Restaurante

Na reunião de 9 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade a renovação antecipada do contrato de concessão do restaurante da Fundação AEP, tendo em vista a realização pelo concessionário de obras de qualificação para melhoria do serviço a prestar.

6.4 Participação na Nexponor / Exponor

No final de 2025, o Conselho de Administração foi informado da evolução do processo de liquidação do Fundo NEXPONOR, entidade proprietária do parque Exponor, no qual a Fundação AEP detém uma participação societária de cerca de 2%

Esta evolução tem como consequência a desvalorização, por alteração do justo valor, da referida participação financeira, implicando o reconhecimento de uma perda extraordinária, alheia à atividade corrente, no montante de **312.623 euros**.

Em contrapartida, o processo de liquidação origina um impacto positivo na tesouraria da Fundação, no valor de **757.848 euros**.

7. RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

7.1 Resultados de 2024 (Aprovados em maio 2025)

O Relatório e Contas de 2024, aprovado por unanimidade na reunião de 20 de maio de 2025, apresentou os seguintes traços essenciais:

- Contas equilibradas, com manutenção da estrutura do património afeto a Fundação;
- Revalorização do imóvel da sede;
- Valorização das ações tituladas junto da Nexponor, de acordo com os valores de mercado;
- Receitas decorrentes essencialmente dos serviços prestados a Comunidades Intermunicipais pela realização de missões internacionais;
- Atividade condicionada pela ausência de candidaturas financiadas durante 2024, com reflexo na diminuição dos custos com pessoal;
- Estrutura de custos saudável e autonomia financeira elevada.

7.2 Análise dos Resultados de 2025

A previsão de encerramento do exercício de 2025 aponta para um EBITDA corrente de 46.221 €.

Os principais fatores que influenciaram os resultados de 2025 foram:

1. Aprovação tardia das candidaturas PME FIRST e Digi4Future (último trimestre de 2025), com os seus efeitos financeiros a refletir-se maioritariamente em 2026;
2. Crescimento das vendas de serviços e outros rendimentos, decorrente das missões internacionais prestadas a Comunidades Intermunicipais;
3. Aumento dos gastos com pessoal face ao orçamentado, refletindo o recrutamento da equipa do projeto ACTIVE;
4. Impacto negativo extraordinário de **312.623 euros**, resultante da alteração do justo valor da participação detida no Fundo NEXPONOR, decorrente da liquidação do



Fundo, pressupondo um NAV final de 41.489.602 euros. Este impacto não afeta o resultado gerado pela atividade corrente, tendo, contudo, expressão no resultado líquido do exercício.

5. Manutenção da estrutura de custos saudável e da autonomia financeira elevada, com despesas gerais controladas.

RENDIMENTOS E GASTOS	2025 Fecho	Orç 2025	Δ Orç 2025 / 2025 fecho	2024	Δ 2024 / 2025 fecho
Vendas e serviços prestados	196 468	324 500	(128 032)	87 641	108 827
Subsídios, doações e legados à exploração	106 929	180 000	(73 071)	127 778	(20 849)
Fornecimentos e serviços externos *	(233 704)	(410 339)	176 635	(181 894)	(51 810)
Gastos com o pessoal *	(176 309)	(166 953)	(9 356)	(89 096)	(87 213)
Outros rendimentos e ganhos	157 836	152 241	5 596	135 647	22 189
Outros gastos e perdas	(4 999)	-	(4 999)	(48 405)	43 406
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	46 221	79 448	(33 227)	31 671	14 550
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(74 441)	(72 000)	(2 441)	(72 208)	(2 233)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(28 220)	7 448	(35 668)	(40 537)	12 317
Imposto sobre o rendimento do período	59 651	-	59 651	-	59 651
Resultado líquido do período corrente	31 431	7 448	23 983	(40 537)	71 968
Resultado não corrente					
Aumentos/(Reduções) de justo valor	(312 623)	-	(312 623)	66 014	(378 637)
Resultado líquido do período	(281 192)	7 448	(288 640)	25 477	(306 669)

7.3 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o **resultado líquido negativo do exercício de 2025**, no montante de €281.192 (duzentos e oitenta e mil, cento e noventa e dois euros), seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

7.4 Agradecimentos

Queremos, por fim, dirigir uma palavra de apreço a todos os Fundadores, Curadores, aos membros do Conselho Fiscal e a todos os colaboradores que, ao longo deste ano de 2025, com o seu apoio e confiança, nos ajudaram na nossa missão.

Porto, 15 de abril de 2026

O Conselho de Administração



Luís Miguel Magalhães Ribeiro

Presidente



Miguel Pedro Duarte Pinto

Vogal



Henrique Ferreira Veiga de Macedo

Vogal



Fernando Paiva de Castro

Vogal



Sofia Salgado Pinto

Vogal



CONTAS

FUNDAÇÃO AEP

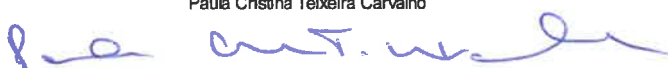
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2025	31 Dezembro 2024
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	2 449 557	2 467 289
Activos intangíveis	7	292 200	341 326
Participações financeiras	9	758 724	1 071 346
Ações Nexponor		757 848	1 070 471
Outros		876	876
Total do ativo não corrente		3 500 480	3 879 962
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	56 740	32 691
Outros ativos correntes	6 e 10	834 614	610 028
Diferimentos	14	2 753	2 399
Caixa e depósitos bancários	4	28 725	99 441
Total do ativo corrente		922 831	744 559
Total do ativo		4 423 311	4 624 521
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3 900 000	3 900 000
Resultados transitados	11	(448 788)	(475 215)
Excedentes de revalorização de ativos	11	456 388	457 338
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	176 485	205 869
		4 084 086	4 087 992
Resultado líquido do período	11	(281 192)	25 477
Total do fundo de capital		3 802 894	4 113 469
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	12	35 229	94 880
Total do passivo não corrente		35 229	94 880
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	83 255	18 950
Estado e outros entes públicos	13	22 655	7 438
Outros passivos correntes	10	34 534	11 448
Diferimentos	14	444 745	378 335
Total do passivo corrente		585 188	416 172
Total do passivo		620 417	511 052
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 423 311	4 624 521

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

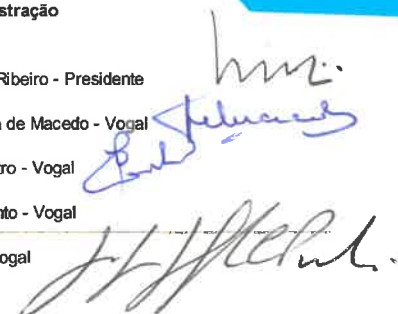
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal





FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	15	145 876	87 641
Subsídios, doações e legados à exploração	16	157 522	127 778
Subsídios		106 929	11 778
Legados à exploração		50 593	116 000
Fornecimentos e serviços externos	18	(233 704)	(181 894)
Gastos com o pessoal	19	(176 309)	(89 096)
Aumentos/(Reduções) de justo valor	9	(312 623)	66 014
Outros rendimentos e ganhos	15 e 17	157 836	135 647
Outros gastos e perdas	20	(4 999)	(48 405)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(266 401)	97 685
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(74 441)	(72 208)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(340 843)	25 477
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		(340 843)	25 477
Imposto sobre o rendimento do período	21	59 651	-
Resultado líquido do período		(281 192)	25 477

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

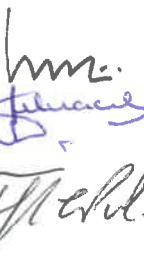
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

2024							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2024		3 900 000	(484 508)	264 923	235 253	9 293	3 924 961
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	9 293	192 416	(29 384)	(9 293)	163 032
		<u>3 900 000</u>	<u>(475 215)</u>	<u>457 339</u>	<u>205 869</u>	<u>-</u>	<u>4 087 993</u>
Resultado líquido do período						25 477	25 477
Resultado integral						<u>25 477</u>	<u>4 113 469</u>
Operações com instituidores no período							
Fundos	11	-	-	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Posição no fim do período 2024	11	<u>3 900 000</u>	<u>(475 215)</u>	<u>457 339</u>	<u>205 869</u>	<u>25 477</u>	<u>4 113 469</u>
2025							
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2025	11	3 900 000	(475 215)	457 339	205 869	25 477	4 113 469
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	26 427	(950)	(29 384)	(25 477)	(29 384)
	11	<u>3 900 000</u>	<u>(448 788)</u>	<u>456 388</u>	<u>176 485</u>	<u>-</u>	<u>4 084 086</u>
Resultado líquido do período						(281 192)	(281 192)
Resultado integral						<u>(281 192)</u>	<u>3 802 894</u>
Posição no fim do período 2025	11	<u>3 900 000</u>	<u>(448 788)</u>	<u>456 388</u>	<u>176 485</u>	<u>(281 192)</u>	<u>3 802 894</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Tebseira Carvalho

O Conselho de Administração

Luís Miguel Megalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		296 579	245 911
Pagamentos a fornecedores		(190 127)	(171 154)
Pagamentos ao pessoal		(91 554)	(48 095)
Caixa gerada pelas operações		14 898	26 663
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 249)	(1 150)
Subsídios e donativos		22 253	132 928
Outros recebimentos / pagamentos		(97 292)	(79 622)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(61 390)	78 819
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9 326)	-
Ativos intangíveis		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		(9 326)	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(70 716)	78 819
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	99 441	20 622
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	28 725	99 441

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho

O Conselho de Administração

Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

1.3 NIPC:

509 536 786

1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 6420-A/2018 de 19 de junho de 2018 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de dezembro, tendo sido constituída em 19 de novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

28
Mg.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso 8259/2015, do Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A Fundação procedeu em 2017 e 2024 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente. Em sequência, em 2017, passou a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro- Entidades do Setor Não Lucrativo.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando

Helena

aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Fundação escolheu o modelo de revalorização constante do § 31 da NCRF 7, para valorização do seu terreno e edifício, de forma que os mesmos estejam registados pelo seu justo valor.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos fundos patrimoniais da empresa, e as respetivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).

3.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos

anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Software Informático	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

3.4 Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como

instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).



Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Fundação não tem instrumentos compostos.

3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis há menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou há mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Handwritten mark in blue ink.



8. R.  O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Subsídios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8 Outras políticas contabilísticas relevantes:

Regime da periodização económica (acréscimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:

- a) Justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao rédito

Principais riscos e incertezas

A atividade da Fundação desenvolve-se num enquadramento que envolve um conjunto de riscos e incertezas que podem influenciar a sua posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros. A Administração acompanha de forma contínua estes riscos, procurando assegurar uma gestão prudente e adequada dos mesmos.



8.
Z
H
L
Um dos principais fatores de risco decorre da dependência de financiamento externo, nomeadamente de subsídios e projetos cofinanciados por fundos públicos e comunitários. A execução destes projetos está sujeita ao cumprimento de regras específicas de elegibilidade e reporte, podendo eventuais não conformidades originar ajustamentos financeiros, atrasos no recebimento ou, em casos extremos, devolução de verbas. Adicionalmente, a aprovação de novas candidaturas encontra-se dependente de decisões de entidades externas, podendo influenciar o nível de atividade futura da Fundação.

Existe igualmente um risco associado à concentração de receitas em determinadas entidades e tipologias de serviços, designadamente no âmbito das relações com entidades do universo AEP e de serviços prestados a Comunidades Intermunicipais. Alterações nestas relações institucionais ou na procura por estes serviços poderão ter impacto direto no volume de rendimentos da Fundação.

No domínio financeiro, destaca-se o risco de crédito associado a valores a receber, em particular no que respeita a subsídios aprovados mas ainda não recebidos, bem como a outras entidades de natureza institucional. Embora a Administração considere reduzido o risco de incobrabilidade, a materialização de atrasos ou incumprimentos poderá afetar a liquidez da Fundação.

A Fundação encontra-se ainda exposta a riscos relacionados com a valorização dos seus ativos, nomeadamente ativos fixos tangíveis mensurados pelo modelo de revalorização e participações financeiras. Em particular, a participação detida na Nexponor – SICAFI encontra-se sujeita a incerteza quanto ao valor de realização, dependendo da evolução do processo de liquidação e das condições de mercado, podendo o valor efetivo a recuperar diferir das estimativas consideradas à data de relato.

Adicionalmente, a preparação das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas e pressupostos, nomeadamente no que respeita à determinação do justo valor de ativos, ao reconhecimento de perdas por imparidade e ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos. A evolução futura poderá divergir das estimativas consideradas, podendo originar ajustamentos relevantes em períodos subseqüentes.

Por fim, no âmbito da sua atividade, a Fundação pode estar sujeita a riscos operacionais e reputacionais associados à execução dos seus projetos e iniciativas, os quais são mitigados através de procedimentos internos de controlo, acompanhamento e validação das atividades desenvolvidas.

A Administração considera que, à data, não existem contingências materiais adicionais a divulgar, para além das incertezas inerentes aos riscos acima descritos, os quais são acompanhados de forma contínua.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (eventos não ajustáveis) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerário	156	232
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	28 568	99 209
	28 725	99 441
	28 725	99 441

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Alteração de Políticas Contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às utilizadas no período anterior.



Alteração em estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações relevantes em estimativas contabilísticas face às efetuadas no período anterior.

Correção de erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não existiram correções de erros materiais de períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

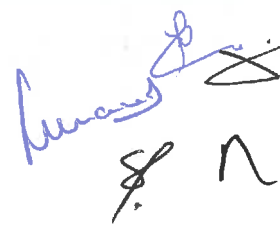
Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, nos termos estatutários.

A AEP – Gestão e Participações, S.A., com sede na Avenida Dr. António Macedo, n. os 196/200, Edifício de Serviços da AEP, é uma sociedade integralmente detida pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, tendo auferido rendimentos decorrentes da prestação de serviços no âmbito da promoção institucional da atividade desenvolvida por todas as entidades integrantes da AEP – Associação Empresarial de Portugal.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:



	Serviços prestados 2025
AEP- Gestão de Participações, SA	128 436
	<u>128 436</u>

	Serviços prestados 2024
AEP- Gestão de Participações, SA	105 997
	<u>105 997</u>

Em 2025, os 128.436 Euros de serviços prestados dizem essencialmente respeito rendimentos decorrentes da prestação de serviços no âmbito da promoção institucional da atividade desenvolvida por todas as entidades integrantes da AEP – Associação Empresarial de Portugal faturados à AEP- Gestão e Participações, SA pela utilização do seu nome e imagem e suportados por contrato com a mesma (105.997 Euros em 2024) (Nota 17).

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:





2025: *[Handwritten signature]*

	Contas a receber líquidas (Nota 10)
Associação Empresarial de Portugal	5 287
AEP- Gestão de Participações, SA	<u>226 181</u>
	<u>231 468</u>

2024:

	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Contas a pagar correntes (Nota 10)
Associação Empresarial de Portugal	3 429	2 239
AEP- Gestão de Participações, SA	<u>97 101</u>	<u>2 239</u>
	<u>100 530</u>	<u>2 239</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

[Handwritten mark]

	2025	2024
	Outros Ativos	
	Intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	487 686	487 686
Aquisições	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo final	487 686	487 686
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	146 360	97 234
Amortizações do exercício	49 126	49 126
Saldo final	195 486	146 360
Ativos líquidos	292 200	341 326

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em 2021, foi concluído o Portal do investidor Diáspora, que visa reforçar o apoio ao regresso de portugueses e de lusodescendentes e apoiar o investimento da Diáspora em Portugal, no valor de 25.701 euros e o Portal Rotas Lusitanas Diáspora, que promove os estabelecimentos que comercializem produtos nacionais, incentivando outras empresas a comercializarem produtos e/ou marcas portuguesas, para atrair clientes junto das comunidades portuguesas, no valor de 25.701 euros, ambos alojados em www.redeglobal.pt.

Em 2022, concluíram-se os trabalhos do Portal Desafio 2030, no valor de 50.886 euros, que visa fomentar a colaboração e a transferência de conhecimento entre as entidades que compõem o Sistema Científico e Tecnológico Nacional através da ativação de ações estratégicas, e o Portal Business Intelligence, no valor de 75.857 euros, que é a maior rede social colaborativa dirigida à diáspora portuguesa, que liga as empresas nacionais às comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Em 2023 foram concluídos os trabalhos para o Portal Empreender 45-60, pelo valor de 77.929 euros. Esta plataforma tem por objetivo identificar e analisar estratégias de emprego implementadas em países pertencentes à União Europeia, direcionadas à população desempregada e qualificada, com idade superior a 45 anos, procurando identificar os principais drivers de sucesso.

Handwritten signature in blue ink.



Nos trabalhos de construção destas plataformas utilizaram-se recursos próprios e adquiridos para o efeito que foram refletidos na demonstração de resultados na rubrica "trabalhos para a própria empresa".

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2025					
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	762 607	1 965 708	14 772	36 811	2 779 899
Revalorização	-	-	5 207	2 375	7 582
Saldo final	762 607	1 965 708	19 979	39 187	2 787 481
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		278 390	8 838	25 382	312 610
Amortizações do exercício		21 873	1 680	1 762	25 315
Saldo final		300 263	10 518	27 145	337 925
Ativos líquidos	762 607	1 665 446	9 461	12 042	2 449 557

2024					
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689 224	1 803 343	14 772	36 811	2 544 150
Revalorização	73 383	162 365	-	-	235 748
Saldo final	762 607	1 965 708	14 772	36 811	2 779 899
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	257 719	7 962	23 848	289 528
Amortizações do exercício	-	20 671	876	1 535	23 082
Saldo final		278 390	8 838	25 382	312 610
Ativos líquidos	762 607	1 687 318	5 934	11 428	2 467 289

Em 2024, a empresa procedeu à atualização do justo valor do edifício, com base numa avaliação efetuada por um perito externo e independente, uma vez que, desde 2017, adota o modelo de revalorização em detrimento do modelo do custo.

Como resultado da revalorização, o terreno passa a encontrar-se registado pelo montante de 762.607 euros, correspondente à sua nova base de custo, tendo sido reconhecido um incremento patrimonial

de 73.383 euros. O edifício passa a estar registado pelo valor líquido de 1.687.318 euros, o que originou um incremento patrimonial de 162.365 euros.

As depreciações do exercício, no montante de 25.315 euros (23.082 euros em 2024), foram reconhecidas integralmente na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e amortização”.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

	2025	2024
FGCT	876	876
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	757 848	1 070 471
	<u>758 724</u>	<u>1 071 346</u>

A Nexponor – Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo (SICAFI) iniciou a sua atividade em 9 de maio de 2013, tendo sido constituída com uma duração inicial de 10 anos.

Em 28 de outubro de 2022, os acionistas, reunidos em assembleia geral, deliberaram não prorrogar a duração do fundo, determinando a sua entrada em liquidação a partir de 2 de maio de 2023, com prazo inicialmente fixado até 2 de maio de 2024.

Em 24 de abril de 2024, face às negociações então em curso para a alienação dos ativos do fundo, os acionistas deliberaram, em assembleia geral, prorrogar o prazo de liquidação até 2 de novembro de 2024. Posteriormente, e tendo-se verificado a impossibilidade de concluir o processo de liquidação nesse prazo, foi aprovada nova extensão, fixando-se o termo da liquidação em 2 de maio de 2025.

Em 21 de abril de 2025, considerando novamente a impossibilidade de concluir a liquidação do fundo, os acionistas deliberaram, em assembleia geral, substituir a sociedade gestora FundBox pela Ínsula Capital e prorrogar o prazo de liquidação até 2 de maio de 2026.

Face ao exposto — em particular ao início de funções da nova sociedade gestora, Ínsula Capital, ao arranque de um novo processo de estruturação para colocação dos ativos no mercado, bem como à aprovação do Pedido de Informação Prévia (PIP) em 11 de abril de 2024 e à conclusão do processo de negociação da AUDAC, com a assinatura do respetivo acordo por escritura pública com a Câmara Municipal de Matosinhos e os restantes proprietários em 19 de abril de 2024 — entrou-se num novo ciclo determinante para o futuro da Nexponor.

A partir de maio de 2025, com a entrada plena da Ínsula Capital na gestão do fundo, iniciou-se uma nova fase no processo de alienação dos ativos. Em outubro de 2025, a Cushman & Wakefield foi



mandatada como consultora exclusiva para a comercialização do portefólio imobiliário, composto pelo Parque de Exposições da Exponor e terrenos adjacentes, com uma área total aproximada de 180.000 m², tendo sido fixado o prazo de 20 de novembro de 2025 para apresentação de propostas. Durante este período, registou-se um elevado interesse por parte de investidores nacionais e internacionais, tendo sido recebidas diversas propostas.

No final de 2025, a Cushman & Wakefield confirmou que as propostas recebidas se encontravam alinhadas com as expectativas definidas com a nova sociedade gestora, tendo sido considerado que o processo poderia evoluir favoravelmente, prevendo-se que a operação de alienação pudesse estar concluída durante a primeira metade de 2026.

Em conformidade com o exposto, a participação detida na Nexponor – SICAFI, correspondente a títulos representativos de aproximadamente 1,8% do fundo, encontrava-se valorizada a 4,47 euros por unidade em 31 de dezembro de 2024, valor apurado com base na respetiva proporção no capital próprio nessa data.

No decurso de 2025, tendo em conta o processo de liquidação do fundo e a consequente alienação dos seus ativos em contexto de mercado — no âmbito da qual foram apresentadas propostas e se encontra prevista a venda dos ativos — passou a existir uma perspetiva de valorização dos títulos para cerca de 3,16 euros por unidade, refletindo o valor estimado a receber de acordo com o contrato-promessa de compra e venda, deduzido dos custos associados, apurando-se assim um valor patrimonial de liquidação do fundo de 41.489.602 euros.

É convicção do Conselho de Administração que o valor registado nas demonstrações financeiras será integralmente recuperado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras” foi o seguinte:

	2025	2024
Participações financeiras		
Saldo inicial	1 071 346	1 005 332
Aumentos/(Reduções) de justo valor	(312 623)	66 014
Saldo final	758 724	1 071 346

Em 2025, no âmbito do processo de liquidação da Nexponor – Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo (SICAFI), a participação detida, representativa de cerca de 2% do fundo,



passou a ser avaliada numa perspetiva de alienação e num valor estimado com base em propostas, deduzido dos custos associados.

Neste contexto, a rubrica "Aumentos / reduções de justo valor" registou, no exercício de 2025, um ajustamento negativo de 312.623 euros (ajustamento positivo de 66.014 euros em 2024), refletindo a alteração do valor dos títulos do fundo à data de balanço. Em 2024, o ajustamento resultou exclusivamente da variação do património do fundo nesse exercício.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2025			2024		
	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Disponibilidades:						
Numerário (Nota 4)	156	-	156	232	-	232
Depósitos à ordem (Nota 4)	28 568	-	28 568	99 209	-	99 209
	28 725	-	28 725	99 441	-	99 441
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Créditos a receber	56 740		56 740	32 691		32 691
Outros ativos correntes (Nota 6)	834 614		834 614	610 028		610 028
	891 354	-	891 354	642 719	-	642 719
	920 078	-	920 078	671 444	-	671 444

PASSIVOS FINANCEIROS	2025	2024
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 10)	83 255	18 950
Outras passivos correntes (Nota 10)	34 534	11 448
	117 789	30 398

10.2 Créditos a receber e outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica créditos a receber apresentava a seguinte composição:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido:						
0-180 dias	37 027	-	37 027	15 114	-	15 114
180-360 dias	15 896	-	15 896	14 100	-	14 100
360-540 dias	340	-	340	123	-	123
540-720 dias	-	-	-	246	-	246
> 720 dias	3 477	-	3 477	3 108	-	3 108
	56 740	-	56 740	32 691	-	32 691

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Outros ativos correntes” apresentavam a seguinte composição:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade 90	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Devedores por acréscimo de rendi	73 828	-	73 828	90 308	-	90 308
Outras contas a receber (Nota 6)	760 785	-	760 785	519 720	-	519 720
	834 614	-	834 614	610 028	-	610 028

A rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimento” respeita a subsídios já aprovados pelas entidades competentes, mas ainda não recebidos, para fazer face a custos já incorridos, no montante de 3.703 euros (28.354 euros em 31 de dezembro de 2024) e uma estimativa de patrocínios no valor de 70.125 euros (90.308 euros para a divulgação da imagem do Grupo AEP e das suas participadas na Plataforma da Diáspora em 31 de dezembro de 2024).

A rubrica “Outras contas a receber” em 2025 engloba:

- Subsídios que faltam receber no valor de 529.317 euros (418.468 euros em 31 de dezembro de 2024) (Nota 16);
- Serviços faturados à AEP – Gestão e Participações, S.A., ao abrigo dos contratos celebrados entre as partes relacionadas, conforme divulgado na Nota 6, no montante de 226.181 euros (97.101 euros em 2024), correspondentes à prestação de serviços institucionais de promoção e divulgação da atividade desenvolvida pelo conjunto das entidades que integram a AEP, designadamente através da Plataforma da Diáspora

10.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Handwritten signature in blue ink.

	2025	2024
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	83 255	18 950
	<u>83 255</u>	<u>18 950</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Os valores registados na rubrica de fornecedores, referem-se ao Golf, às Missões Diáspora, gastos de estrutura e à execução dos projetos em curso, nomeadamente, ACTIVE – Centros de Impacto.

10.4 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro 2025 e 2024 a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	29 571	7 783
Outros credores	4 964	3 665
	<u>34 534</u>	<u>11 448</u>

Em 2025, a rubrica “Outros credores” inclui o montante de 3.127 euros, correspondente a créditos salariais a liquidar no valor de 1.894 euros e a encargos com seguros de saúde dos colaboradores, no montante de 1.285 euros.

Em 2024, a rubrica “Outros credores” inclui o montante de 2.465 euros, correspondente a donativos angariados no âmbito da atividade institucional Golf Business CUP, a regularizar à entidade beneficiária AAJUDE.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Credores por acréscimos de gastos” tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações a liquidar	27 354	7 728
Outros acréscimos de custos	2 216	55
	<u>29 571</u>	<u>7 783</u>

11. FUNDO PATRIMONIAL

Fundo social

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Fundo Social da Fundação é de 3.900.000 euros e está totalmente subscrito e realizado.

Reservas Legais

A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Resultados Transitados e Outras Variações dos Fundos Patrimoniais

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 os “Resultados transitados” e as “Outras Variações dos Fundos Patrimoniais” eram os seguintes:

	Resultados Transitados	Excedente de revalorização de ativos	Outras variações do capital próprio	Total
Quantia em 1-1-2024	(484 508)	264 923	235 253	15 668
<i>Aplicação do resultado de 2023</i>	9 293	-	-	9 293
<i>Reconhecimento de subsídio ao investimento (Nota 15)</i>	-	-	(29 384)	(29 384)
<i>Outras variações dos fundos patrimoniais</i>	-	192 415	-	192 415
Quantia em 31-12-2024	(475 215)	457 338	205 869	187 993
<i>Aplicação do resultado de 2024</i>	25 477	-	-	25 477
<i>Reconhecimento do subsídio ao investimento (Nota 15)</i>	950	(950)	(29 384)	(29 384)
Quantia em 31-12-2025	(448 788)	456 388	176 485	184 085

O resultado positivo, no valor de 25.477 euros, de 31 de dezembro de 2024 foi transferido para resultados transitados.

A empresa procedeu em 2024 à revalorização de todos os terrenos e do edifício, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, uma vez que desde 2017, utiliza o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização a FAEP registou um excedente de revalorização dos ativos de 192.415 euros, registado na rubrica “Excedente de revalorização de ativos”.

A rubrica “Outras variações dos fundos patrimoniais” corresponde a subsídios ao investimento, não reembolsáveis, para a construção do portal do investidor Diáspora, a uma plataforma de suporte à rede colaborativa alojada em www.redegloba.pt, ao portal Desafios 2030, ao Portal Business Intelligence e ao portal Empreender 45-60. Estes subsídios são inicialmente reconhecidos nesta rubrica de fundo social, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados em função da depreciação dos ativos a que estão associados (Nota 7, 15 e 17).

Handwritten signature in blue ink.

12. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica, apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Ativos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias dedutíveis		
Prejuízos fiscais reportáveis	59 398	-
Total de ativos por impostos diferidos	59 398	-
Passivos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias tributáveis	94 627	94 880
Total de passivos por impostos diferidos	94 627	94 880
Saldo líquido de impostos diferidos	35 229	94 880

Em 2025, a empresa reconheceu um ajustamento negativo ao valor dos títulos da Nexponor (Nota 9), do qual resultaram diferenças temporárias fiscais dedutíveis. Em conformidade, foi reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 59.398 euros, por se considerar provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes que permitam a recuperação integral dos prejuízos fiscais reportáveis, nos termos da NCRF 25.

Em 2024, a empresa procedeu à revalorização da totalidade dos terrenos e do edifício, com base numa avaliação efetuada por um perito externo e independente, uma vez que, desde 2017, adota o modelo de revalorização em detrimento do modelo do custo.

Em resultado da revalorização, o terreno passou a encontrar-se registado pelo montante de 762.607 euros, correspondente à sua nova base de custo, tendo sido reconhecido um incremento patrimonial de 73.383 euros. O edifício passou a estar registado pelo valor líquido de 1.687.318 euros, originando um incremento patrimonial de 162.365 euros e o correspondente reconhecimento de um passivo por impostos diferidos no montante de 43.080 euros, à data da revalorização.

Em 2025, ocorreu o desreconhecimento parcial do passivo por impostos diferidos relativo ao edifício, no montante de 253 euros, em resultado do aumento das depreciações reconhecidas no exercício (Nota 21).

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1 928	-	777
Imposto sobre o valor acrescentado	-	16 251	-	4 892
Contribuições para a Segurança Social	-	4 476	-	1 770
	-	22 655	-	7 438

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Diferimentos ativos		
Outros gastos a reconhecer	2 753	2 399
	2 753	2 399
Diferimentos passivos		
Subsídios à exploração por executar	444 745	378 335
	444 745	378 335

Na rubrica “Subsídios à exploração por executar” estão registados os projetos acordados no âmbito do Compete 2020 e que se encontram por executar (Nota 16).

15. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Prestação de serviços	145 876	87 641
Outros	315 359	263 424
	461 234	351 066

A prestação de serviços engloba encontros, conferências e debates ao almoço subordinados a vários temas relacionados com a área empresarial e aluguer das instalações da FAEP para eventos organizados por terceiros.

	2025	2024
Subsídios (Nota 16)	157 522	127 778
Outros rendimentos e ganhos	29 400	29 732
Rendimentos institucionais (Nota 6, 10 e 17)	128 436	105 914
	<u>315 359</u>	<u>263 424</u>

O montante registado na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” engloba 29.384 euros (igual valor em 2024), referente ao reconhecimento do subsídio ao investimento na proporção das amortizações dos portais registados em ativos intangíveis (Nota 7), nomeadamente o Portal do Investidor Diáspora e o Portal Rotas Lusitanas Diáspora, concluídos em 2021, ambos alojados em www.redeglobal.pt; o Portal Desafio 2030 e o Portal Business Intelligence, concluídos em 2022; e o Portal Empreender 45-60, concluído em 2023.

O montante registado na rubrica “Rendimentos institucionais” prestação de serviços institucionais de promoção e divulgação da atividade desenvolvida pelo conjunto das entidades que integram a AEP, suportados por contratos com as mesmas (Notas 6, 10 e 17).

16. SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:					
	563 452	6 573	556 879	106 929	118 707
	<u>563 452</u>	<u>6 573</u>	<u>556 879</u>	<u>106 929</u>	<u>118 707</u>

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 50.593 euros (116.000 euros em 2024).

17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:



	2025	2024
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Notas 11 e 15)	29 384	29 384
Rendimentos Institucionais (Nota 6, 10 e 15)	128 436	105 914
Outros	17	349
	157 836	135 647

Em 2025 foram prestados serviços no valor de 128.436 Euros (105.914 euros em 2024) que dizem essencialmente respeito a prestação de serviços institucionais de promoção e divulgação da atividade desenvolvida pelo conjunto das entidades que integram a AEP (Nota 6).

Os portais registados como ativos intangíveis (Nota 7) — o Portal do Investidor Diáspora e o Portal Rotas Lusitanas Diáspora, concluídos em 2021 e alojados em www.redegloba.pt; o Portal Desafio 2030 e o Portal Business Intelligence, concluídos em 2022; e o Portal Empreender 45-60, concluído em 2023 — originam o reconhecimento, na proporção das respetivas amortizações, do subsídio ao investimento, que totalizou 29.384 euros em 2025, igual montante ao registado em 2024, e que se encontra refletido na rubrica “Reconhecimento de subsídio ao investimento”.

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
Subcontratos	124 966	86 969
Vigilância e segurança	33 120	30 660
Trabalhos especializados	17 780	11 232
Electricidade	13 534	9 271
Água	9 714	7 315
Rendas e alugueres	7 684	35
Limpeza, higiene e conforto	6 776	6 175
Conservação e reparação	3 096	5 483
Seguros	2 399	2 325
Comunicação	1 999	1 909
Deslocações e estadas	1 010	689
Honorários	688	-
Material de escritório	290	205
Publicidade	116	4 035
Outros fornecimentos e serviços	10 530	13 718
	233 704	181 894



Os gastos registados na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – Subcontratos correspondem a serviços essenciais ao desenvolvimento das diferentes iniciativas e projetos promovidos pela Fundação ao longo do exercício. Estes encargos distribuem-se por diversas áreas de atuação, refletindo as necessidades específicas de cada projeto ou atividade.

Entre as principais iniciativas que contribuíram para estes gastos destacam-se o ACTIVE – Centros de Impacto, as Missões Diáspora, o Golf Business Cup e os Debates ao Almoço.

A esta rubrica acrescem ainda os custos associados à estrutura de apoio ao funcionamento da atividade, cuja evolução desfavorável resulta, essencialmente, do impacto do ajustamento inflacionista nos serviços contratados.

Em 2024, os dispêndios registados em *Fornecimentos e Serviços Externos – Subcontratos* decorreram, sobretudo, de montantes incorridos no âmbito do Golf Business Cup, no contexto de atividade subsidiada integrada no programa ACTIVE – Centros de Impacto.

19. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Remunerações do pessoal	142 008	72 053
Encargos sobre remunerações	29 525	15 103
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	2 428	314
Outros	2 348	1 626
	<u>176 309</u>	<u>89 096</u>

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas relativas à atribuição de benefícios pós-emprego, benefícios por cessação de emprego ou outros pagamentos aos membros dos órgãos sociais da Fundação.

O número médio de colaboradores ao serviço da Fundação foi de 6 em 2025 e de 1 em 2024. O aumento verificado decorre da contratação de 5 colaboradores ao longo do exercício de 2025, dos quais 1 afetado ao apoio administrativo ao funcionamento corrente da Fundação e os restantes 4 afetos ao desenvolvimento das atividades e projetos, no âmbito de iniciativas financiadas.

20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 2025 a rubrica “outros gastos e perdas” engloba 1.924 euros referente a correções relativas a exercícios anteriores.



g. *[Handwritten signature]*

Em 2024 a rubrica "outros gastos e perdas" engloba 43.132 euros, referente ao encerramento dos projetos Empreender 45-60 II e Desafio 2030.

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do art.º. 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

A FAEP é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, cuja soma algébrica corresponde ao Rendimento global. Os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários são rendimentos não sujeitos a IRC, pelo que não devem ser relevados nem na declaração modelo 22 nem no anexo D da declaração modelo 22, por não serem rendimentos sujeitos ou isentos.

A matéria coletável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do artigo 53.º do CIRC, dos gastos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos, nos termos do artigo 54.º CIRC e de benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele rendimento.

A taxa a aplicar, aos rendimentos sujeitos e não isentos de IRC, é de 20%, conforme o n.º 5 do artigo 87.º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2025 a estimativa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas ascendia a 0,00 euros, (igual montante em 2024), determinada conforme legislação em vigor.

	2025	2024
Resultado antes de imposto	(340 843)	25 477
Gasto com impostos sobre o rendimento	-	-
Diferenças temporárias:		
Outras	59 651	-
	59 651	-

[Handwritten signature]

A realização do excedente de revalorização, correspondente à parcela da depreciação do ativo resultante da revalorização efetuada em 2024, originou, no exercício, um desreconhecimento parcial do passivo por impostos diferidos, no montante de 253 euros, decorrente da reversão das respetivas diferenças temporárias.

Em 2025, a entidade procedeu ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos no montante de 59.398 euros, resultante das diferenças temporárias dedutíveis originadas pelo ajustamento negativo ao justo valor dos títulos do Fundo Nexponor (ver Nota 9).

O reconhecimento deste ativo por impostos diferidos assenta na expectativa de que seja provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes que permitam a recuperação integral das diferenças temporárias dedutíveis, em conformidade com o disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento.

22. CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de abril de 2026. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

Adicionalmente, importa referir que, após a data do balanço, a Fundação manteve o acompanhamento próximo da evolução do processo de liquidação da Nexponor – SICAFI, no qual detém uma participação financeira. Subsiste uma incerteza quanto ao valor a recuperar, a qual depende da evolução do processo de liquidação e das condições de mercado, podendo o montante efetivamente realizável divergir das estimativas consideradas à data de relato. Paralelamente, a Fundação prosseguiu a submissão e negociação de diversas candidaturas a programas de financiamento público e comunitário, cujo desfecho poderá influenciar de forma relevante o nível de atividade futura. A aprovação, rejeição ou necessidade de ajustamentos nestas candidaturas constitui um fator de incerteza adicional, atendendo ao impacto potencial no planeamento operacional e na sustentabilidade financeira da Fundação. A Administração continuará a monitorizar estes desenvolvimentos, avaliando eventuais efeitos materiais que possam justificar ajustamentos ou divulgações adicionais em períodos subsequentes.



O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho

O Conselho de Administração

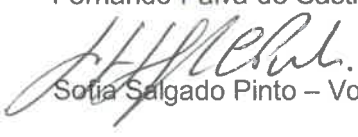

Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Presidente

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal



Henrique Ferreira Veiga de Macedo – Vogal


Fernando Paiva de Castro - Vogal


Sofia Salgado Pinto – Vogal